

Imagens em moedas e vida pública na Roma republicana

Coin images and public life in Republican Rome

Gisele Oliveira Ayres Barbosa*

Resumo: O presente artigo propõe um olhar sobre a vida pública romana a partir da análise das imagens de dois denários republicanos. As moedas foram emitidas por Caio e Tibério Minúcio Augurino em 135 e 134 AEC, respectivamente. Adota a perspectiva de um século II dinâmico em uma República romana em contínua transformação interna, conforme proposto por H. Flower (2010). Insere-se no pressuposto de que, na iconografia numismática do período, aquilo a que chamamos “religião” e aquilo a que chamamos “política” construíram juntas um discurso comum, que, de diferentes formas, nos contam sobre a cidade de Roma e seus cidadãos.

Abstract: This paper deals with the relation between public life and coin images based on two Republican denarii. These pieces were issued by Caius and Tiberius Minucius Augurinus in 135 and 134 BCE, respectively. It adopts the perspective of a dynamic second century in a Roman Republic in ongoing internal transformation, as proposed by H. Flower (2010). It is within the assumption that, in the numismatic iconography of the period, what we call “religion” and what we call “politics” staged together a common discourse that, in different ways, tell us about the city of Rome and its citizens.

Palavras-chave:

República romana;
Século II;
Vida pública;
Iconografia numismática;
Minúcius Augurinos.

Keywords:

Roman Republic;
Second century;
Public life;
Numismatic iconography;
Minucii Augurini.

Recebido em: 30/04/2019
Aprovado em: 30/08/2019

* Doutora em História pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Introdução

Em sua obra *Roman Republics*, Harriet Flower (2010, p. 18-34) criticou a concepção de uma República romana única e monolítica em virtude das diversas facetas que o sistema assumiu no período que vai da expulsão dos reis etruscos à ascensão de Otávio, e propôs uma nova cronologia fragmentando o período em unidades menores que permitiriam ao historiador apreciar a cultura política republicana como algo mais dinâmico.¹ Apesar das críticas e elogios suscitados,² a construção de Flower teve como mérito inegável levantar importantes questões e oportunizar debates sobre a periodização da República, ao repensar critérios longamente estabelecidos. Um dos objetos dessa releitura é o século II,³ ao qual é dedicado o Capítulo IV da obra. Chamando a atenção para o quanto enganosa é a ideia de um século II “estático”, situado entre a “formação” (séculos IV e III) e a “crise” da República (século I), a autora caracteriza o período como um momento de grandes e fundamentais mudanças em muitas áreas da vida romana. Segundo Flower (2010, p. 63), mesmo na ausência de fontes detalhadas que elucidem a natureza do debate político e a forma como as discussões internas ocorriam após a morte de Catão, o Censor, em 149, é possível perceber o dinamismo abaixo das esferas decisórias do poder. Entre as principais inovações políticas estão a *lex Villia annalis*, de 180, que estabeleceu a idade mínima para ocupar as magistraturas e uma hierarquia entre essas, contribuindo para a formatação do *cursus honorum*; a mudança no calendário político, ocorrida em 153, com suas consequências; e as leis tabelares, que introduziram o voto escrito e secreto nas assembleias (*comitia*) a partir de 139. Paralelamente, ocorreram alterações na política externa romana em relação aos novos territórios conquistados e a outros que já pertenciam a Roma, e foram criadas as primeiras cortes de júri permanentes, cujas áreas de atuação abrangiam especialmente magistrados acusados de extorsão nas províncias. A informação de que, em 140, Lúlio, um amigo de Cícero, recebeu o cognome de “Sábio” ou “Prudente” por sua decisão de retirar um projeto de lei de

¹ Flower (2010, p. 18-34) propôs treze períodos, incluindo seis “repúblicas” de formatos diferentes em substituição à periodização tradicional: 1º) pré-república de transição imediatamente após a monarquia (509-494); 2º) proto-república antes do primeiro código de leis escrito (494-451); 3º) primeira república experimental (450-367); 4º) segunda república dividida entre patrícios e plebeus (366-300); 5º) primeira república dos *nobiles* (300-180); 6º) segunda república dos *nobiles* (180-139); 7º) terceira república dos *nobiles* (139-89); 8º) período de transição (88-82); 9º) a república de Sila (81-60); 10º) o triunvirato (59-53); 11º) período de transição (52-49); 12º) ditadura de César e curta transição após sua morte (49-44); 13º) outro triunvirato e transição para o principado (43-33).

² Ver, em especial, as resenhas de John North no *Journal of Roman Archaeology*, 2010, disponível em: <www.journalofromanarch.com/samples/North.pdf>; de Colin Bailey no *Bryn Mawr Classical Review*, disponível em: <<http://bmcr.brynmawr.edu/2010/2010-02-69.html>>; e de Alexander Yakobson no *The American Journal of Philology*, 2011, disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41237385?read-now=1&seq=1#page_scan_tab_contents>.

³ Todas as datas são AEC, isto é, antes da Era comum.

reforma agrária anteriormente proposto (Plut., *Ti. Gracch.*, 8,4), nos mostra que essa questão era presente nos debates públicos na cidade. Ainda na segunda metade do século II, as cunhagens romanas passaram a adotar um novo padrão iconográfico, em geral relacionado à mudança no sistema de votação.⁴ E, finalmente, entre 107 e 104, Mário realizou, pacificamente, suas reformas no exército romano (FLOWER, 2010, p. 61-76). Em resumo, as ações de Tibério e Caio Graco, em 132 e 123 respectivamente, não foram exceções violentas precedidas e sucedidas por períodos de imobilidade política. Iniciativas de mudança por meio das instituições políticas regulares ocorreram antes e depois desses episódios.

Ao propor olhares sobre a vida pública romana por meio das imagens presentes em duas moedas cunhadas em 135 e 134, o presente artigo adota a perspectiva de um século II dinâmico, em uma República romana em contínua mudança interna, conforme proposto por Flower (2010). Imagem é aqui entendida como algo heterogêneo, que reúne e coordena, no âmbito de um limite, imagens no sentido teórico do termo, mas também signos plásticos (formas ou composição interna, por exemplo) e signos linguísticos, da linguagem verbal (JOLY, 1994, p. 42). Os acontecimentos narrados por Flower são essencialmente de natureza política, mas devemos agregar a essa interpretação também as mudanças econômicas ocorridas no momento em que Roma passou a ocupar uma posição de destaque no Mediterrâneo Ocidental, após a derrota imposta a Cartago na Segunda Guerra Púnica, com suas conseqüentes implicações sociais e culturais. No decorrer do artigo, alguns dos aspectos citados, como as mudanças na iconografia numismática e a necessidade de medidas que atendessem a demanda da população da cidade por alimentos, ganharão maior destaque em virtude de dialogarem diretamente com o objeto da análise. A esses, acrescentarei um aspecto que considero particularmente relevante: a presença de deuses e símbolos religiosos na formatação do discurso numismático. Presente nas cunhagens republicanas, essa é também uma característica da vida pública romana, na qual é impossível separar aquilo a que chamamos "religião" daquilo a que chamamos "política".

O trabalho está dividido em mais cinco partes, além desta introdução. Na próxima seção, tratarei especificamente das peças numismáticas e suas iconografias. As representações dos antepassados e de símbolos religiosos e objetos sacerdotais nas

⁴ A ideia de que a presença de ancestrais em moedas romanas a partir da segunda metade do século II possuía relação com as modificações trazidas pelas leis tabelares foi inicialmente desenvolvida por T. P. Wiseman (1971, p. 4-5; p. 148-149) e acatada por autores posteriores (CRAWFORD, 1974, p. 710; 728; SUSPÈNE, 2002, p. 42; MORSTEIN-MARX, 2004, p. 82-83; WELCH, 2006, p. 531). Sem descartar essa influência, considero que a mudança se insere no processo de monumentalização da sociedade romana, ocorrido na mesma época (MEADOWS; WILLIAMS, 2001, p. 40-44). Ver ainda Clark (2007, p. 139) e Ayres (2018, p. 203-204).

moedas e o que essas nos informam sobre a sociedade e a política romanas do século II serão analisadas nas duas seções seguintes. As relações das iconografias das peças com as demandas sociais, políticas e econômicas do momento das cunhagens serão abordadas na penúltima seção. Algumas considerações sobre moedas como fontes históricas para o estudo do período fecham o artigo.

Os Minúcios e suas moedas

Nos anos de 135 e 134 foram cunhados em Roma dois denários com iconografias muito semelhantes, cujos responsáveis pela emissão pertenciam à mesma *gens* Minúcia (Fig. 1 e Fig. 2). Uma *gens* compreendia todos os descendentes livres legítimos do sexo masculino de um ancestral comum, ainda que muito distante ou estabelecido a partir de uma genealogia forjada que, assim, tomavam o mesmo *nomen* (HÖLKESKAMP, 2004, p. 118; SMITH, 2006, p. 31). O *nomen* é o segundo nome dos romanos, depois do *praenomen* e antes do *cognomen*, sendo que este último nem todos usavam. Caio Minúcio Augurino (legenda C AVG ao alto, no reverso da moeda de 135, Fig. 1) e Tibério Minúcio Augurino (legenda TI MINVCI CF à esquerda, de baixo para cima, AVGVRINI, à direita de cima para baixo, no reverso da moeda de 134, Fig. 2) provavelmente exerceram, em anos sucessivos, o cargo de triúviro monetário (*tresviri monetale*), magistrado romano encarregado de cunhar o ouro, a prata e o bronze em nome da República (Cic., *Leg.*, 3, 6). Como essa magistratura era ocupada por jovens aristocratas em início de carreira, é provável que os dois fossem irmãos, filhos de outro Caio, conforme indica a legenda C.F. na moeda de 134.

Figura 1 - Denário de Caio Minúcio Augurino



Fonte: Yale University Art Gallery 2001.87.664, Domínio Público.

Figura 2 - Denário de Tibério Minúcio Augurino

Fonte: Yale University Art Gallery 2001.87.665, Domínio Público.

As moedas dos Mínúcios Augurinos são bem conhecidas dentro da numismática romana e encontram-se no catálogo *Roman Republican Coinage*, de Michael Crawford (1974, p. 274-276), sob os números 242/1 e 243/1, e no *Roman Coins and their Values*, volume I, de David Sear (2000, p. 96), sob os números 119 e 120, respectivamente. No Brasil, há um exemplar do denário de Tibério Augurino na Coleção de Moedas Romanas da Universidade de São Paulo, identificado sob o número 18 no catálogo publicado por aquela instituição (FLORENZANO; RIBEIRO; LO MONACO, 2015, p. 29). O Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro possui, entre as moedas republicanas romanas de sua Coleção de Numismática, um exemplar da peça de 135 e dois exemplares da peça de 134. O catálogo da coleção está publicado no *Sylloge Nummorum Romanorum Brasil I*, (GUIMARÃES, 2016, n. 282, 284 e 285, p. 58-60).

A iconografia das duas moedas segue um padrão bastante recorrente nos denários do período, a efígie de uma divindade no anverso e uma cena de corpo inteiro no reverso, protagonizada por deuses ou homens. A figura do anverso, nos dois casos, é a deusa Roma, que personifica a cidade-estado republicana e é a única divindade explicitamente representada nas peças.⁵ No reverso, dois homens togados circundam uma coluna.⁶ O

⁵ Contra Evans (2011, p. 3-4), segundo a qual a estátua no topo da coluna seria de Conso, o deus do armazenamento de grãos, que tinha um altar subterrâneo no Circo Máximo (Dion. Hal., 2, 31. 2-3). Julgo, contudo, que, a considerar a hipótese de Evans, a representação destoaria significativamente das outras do mesmo período. Na iconografia numismática republicana não há precedentes de cidadãos em posição de culto em relação à estátua de um deus nem deuses e homens compartilhando a mesma cena.

⁶ Persistem as discussões acerca da real existência ou não da coluna e sua natureza, que não serão aqui abordadas por fugir aos propósitos do artigo. Sobre o tema, ver em especial Torelli (1993, p. 306), Wiseman (1998, p. 95) e Evans (2011, p. 4).

da direita segura um *lituus*, o bastão de extremidade curva tradicional dos sacerdotes áugures; o da esquerda carrega objetos não facilmente identificáveis, em geral apontados como pedaços de pão (CRAWFORD, 1974, p. 274-275; WILLIAMS, 2007, p. 146). Seu pé encontra-se repousado sobre um *modius*, recipiente cilíndrico romano utilizado para medir e armazenar alimentos secos, equivalente aproximadamente a sete ou oito quilos. No topo da coluna, encontra-se a estátua de uma terceira figura togada, segurando um bastão. As togas indicam que se trata de cidadãos. Da base da coluna “brotam” dois galhos de trigo, um em cada lado. No denário de Caio Augurino, vê-se ainda a metade do corpo de dois grifos, aves fabulosas, com bicos e asas de águia e corpo de leão, também um de cada lado do monumento (TORELLI, 1995, p. 306).

Antepassados magistrados e sacerdotes

As duas peças encontram-se entre as primeiras moedas romanas a enaltecer os antepassados dos monetários responsáveis pela cunhagem, fenômeno que se tornou mais claramente perceptível justamente a partir da década de 130. Há um relativo consenso de que, no reverso, estão representados ancestrais da *gens* Minúcia. A figura que carrega o *lituus* trata-se provavelmente de uma representação de Minúcio Faeso. O cognome Augurino dos irmãos monetários derivava da tradição segundo a qual o antepassado deste ramo da *gens* teria sido um dos primeiros plebeus a ingressar no colégio dos áugures, um dos mais importantes e tradicionais colégios sacerdotais republicanos (CRAWFORD, 1974, p. 274-276; WISEMAN, 1996, p. 61-62; WILLIAMS, 2007, p. 146). Há controvérsias sobre a identidade dos outros representados. É provável que a estátua do topo da coluna, na cena do reverso, se refira a Lúcio Minúcio, prefeito da anona em 440 ou 439, que teria distribuído grãos a baixo preço e, por essa razão, fora homenageado com o apoio do povo (Plin., *Nat.*, 34, 21; Liv., 4, 13, 16).⁷ Quanto à figura da esquerda do monumento, que carrega pedaços de pão e cujo pé repousa sobre um recipiente de grãos, considero mais coerente a interpretação de Jonathan Williams (2007, p. 146), que o identificou como P. Minúcio ou M. Minúcio, cônsules em 492 ou 491, respectivamente, em função de outra distribuição de grãos acontecida naqueles anos.

O fato de essas exaltações gentílicas incluírem, simultaneamente, magistrados e sacerdotes é sintomático da forma como o poder estava distribuído e era exercido na Roma Republicana, uma cidade em que, segundo Cícero, os mesmos homens que

⁷ Contra Wiseman (1998, p. 94), Yarrow (2017, p. 94), para quem a estátua seria do fundador da *gens*, citado por Evans (2011, p. 3-4).

supervisionavam o culto aos deuses imortais eram aqueles que cuidavam dos altos interesses da comunidade, podendo assim preservar a República como eminentes cidadãos e, ao mesmo tempo, governá-la bem de acordo com os preceitos religiosos (Cic., *Dom.*, 1, 1). Assim como as magistraturas ocupadas ou as vitórias militares obtidas, o exercício de determinados sacerdócios pelos antepassados também se incluía entre os feitos que agregavam importância a uma *gens* e que, por essa razão, mereciam ser monumentalizados em moedas. Mesmo porque, até onde se sabe, essas atividades ocorriam em paralelo. Corroborando a citação de Cícero, pelo menos para os colégios dos quais as listas completas sobreviveram, os sacerdócios eram virtualmente monopolizados pelos membros das famílias mais bem estabelecidas da elite. Figuras de liderança quase sempre ocupavam sacerdócios, algumas vezes quando ainda muito jovens, e as listas sacerdotais coincidem em alto grau com as listas dos mais bem sucedidos políticos e gerais da ocasião. Outra característica é a de que os cargos sacerdotais eram divididos entre essas famílias de acordo com certos princípios, raramente não observados: cada *gens* só ocupava um cargo em um mesmo colégio sacerdotal ao mesmo tempo, e nenhum indivíduo possuía mais de um sacerdócio, pelo menos até onde aparece nas listas (BEARD; NORTH; PRICE, 1998, p. 103).

No caso específico dos Minúcius Augurinos e seu ancestral áugure, o caráter histórico dessa tradição já foi questionado. Wiseman (1998, p. 97-99) relacionou as referências numismáticas representadas pelas moedas a outras, textuais e epigráficas, para defender a hipótese de que narrativas tais como as que atribuíam a um membro da *gens* Minúcia o papel de um dos primeiros plebeus áugures eram muito mais construções geradas a partir das demandas existentes no momento de sua elaboração do que reflexos dos acontecimentos de um passado remoto. Wiseman apontou principalmente as listas consulares que informam a existência de Minúcius cônsules no século IV, ocasião em que o consulado não era acessível aos plebeus, como o principal argumento a favor da ideia de que a tradição que indicava que Minúcio Faeso fora um dos primeiros plebeus a exercer o augurato era uma construção posterior. Antes, Mario Torelli (1995, p. 306) havia proposto uma alternativa para solucionar o mesmo impasse. Segundo Torelli, o monumento representado na moeda era um local de culto gentilício, próximo à muralha de Sêrvio Túlio, sendo o altar associado a Minúcius patrícios. Após a reconstrução da muralha serviana, o antigo altar foi sendo apropriado por um ramo plebeu da *gens*, então em crescente ascensão. Um membro desse grupo, Minúcio Faeso, favorecendo-se da Lei Olgúnia, entrou no colégio dos áugures em 300, adquirindo o cognome de Augurino. A ele se deve a extensão do cognome não só a seu pai, cônsul em 305, mas também aos Minúcius patrícios que o antecederam. A opção por um lado ou outro desse debate

não invalida a constatação de que, o exercício de um sacerdócio era um diferencial na República Romana do século II, e possuir membros nessa situação, no passado ou no presente, agregava destaque a uma *gens*. É interessante notar que o monetário de 134, Tibério Minúcio Augurino, também fez constar o *lituus* no reverso das moedas de bronze que cunhou naquele ano. Diferentemente dos denários, as moedas de bronze seguiam uma iconografia mais ou menos padrão: no reverso, havia a proa de um navio e, no anverso, a efígie de uma divindade, que variava de acordo com o tipo.⁸ No caso, a inserção do *lituus* à iconografia padrão das moedas de bronze provavelmente deveu-se ao desejo do monetário de reiterar o destaque ao ramo Augurino de sua família, por intermédio da regular associação do bastão àquele colégio sacerdotal. A efígie da deusa Roma, no anverso, e a representação de um áugure com seu bastão sacerdotal, no reverso, contudo, não são as únicas referências das moedas que poderíamos caracterizar como religiosas.

Instrumenta sacra e signa religiosos

A religiosidade das cenas dos reversos também é percebida pela presença do trigo, dos grãos, dos pedaços de pão que o homem da esquerda carrega nas mãos e da própria posição das figuras.

Associado ao culto da grega Deméter e da romana Ceres, o trigo evoca a perenidade das estações, o retorno das colheitas, a alternância entre a morte do grão e sua ressurreição em múltiplos grãos. A espiga de trigo possui uma significação religiosa, associada ao sentimento de harmonia entre a vida humana e a vida vegetal, ambas submetidas a vicissitudes semelhantes. Como a origem do trigo é desconhecida, assim como a de muitas plantas de cultivo, ele surge ainda, essencialmente e em diferentes civilizações, como um presente dos deuses, ligado ao dom da vida (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 906). Na linguagem numismática romana republicana, o trigo é utilizado para fazer referência à distribuição de grãos à população, como, por exemplo, em um denário cunhado em 128 por Cneu Domício (CRAWFORD, 1974, p. 286), em que a imagem aparece no anverso. A cena do reverso da mesma moeda parece aludir a jogos e, no conjunto, a iconografia da peça faria referência à atuação de um edil, talvez o próprio monetário quando no exercício daquela magistratura.

Já o pão é o símbolo do alimento essencial, tanto do ponto de vista material quanto espiritual (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 681). Na moeda, a figura da esquerda parece

⁸ Jano no *as*; Saturno no *semis*; Minerva no *triens*; Hércules no *quadrans*; Mercúrio no *sextans* e Roma na *uncia*. Em 134, Tibério Augurino cunhou, além do denário, um *semis*, um *triens*, um *quadrans* e um *sextans* com um *lituus* sobre a proa do navio, no anverso (CRAWFORD, 1974, p. 275-276).

fazer uma oferenda à coluna com os objetos recorrentemente identificados como pedaços de pão. Sobre este item e outros, recentemente, Liv Yarrow (2017, p. 93-97) propôs uma interpretação inovadora. Sugerindo uma leitura das imagens “por si mesmas”, defendeu que a figura da esquerda (assim como todas as outras da cena) seria uma estátua e o que ela carrega, uma faca e uma *patera*, o prato romano para o sacrifício. Os dois ancestrais ao redor da coluna faziam, assim, referência a sacerdócios exercidos pela *gens* Minúcia. A hipótese das figuras como estátuas que existiriam próximas ao monumento ou, em outro lugar, tendo sido colocadas próximas à coluna para compor a cena, já havia sido defendida por L. Richardson (1992, p. 96). Todas essas possibilidades interpretativas, contudo, não invalidam a presença, nas moedas, de uma combinação entre religiosidade e abastecimento da comunidade, viabilizada pela ação dos homens públicos.

As referências ganham particular significado se associadas aos ancestrais Minúcios representados na peça, magistrados diretamente envolvidos em pretéritas distribuições de grãos em épocas de escassez, conforme citei anteriormente. Há ainda um conceito de poder que perpassa toda a cena, pois além dos sacerdotes e magistrados, o ancestral do topo carrega um bastão, um símbolo, entre outras coisas, de soberania, poder e comando (CHEVALIER; GHEERBRANT, 1991, p. 124).

Sob nosso olhar contemporâneo, a distribuição de grãos a baixo preço parece não ter lugar nesse espaço de religiosidade, mas o conjunto faz completo sentido para os romanos, para os quais a fartura não pode ser alcançada sem a devida observância da piedade e a aquiescência do divino, ainda que atitudes práticas como as de L. Minúcio também ajudassem, é claro. Nas moedas da *gens* Minúcia, religiosidade e presença destacada na vida pública são os atributos comuns às várias gerações da família. Para enaltecê-los, há uma subversão do tempo e o fato de três indivíduos que viveram em épocas diferentes estarem presentes na mesma cena apela para a força do conjunto. Na escolha dessa iconografia específica, a tendência romana de glorificação dos antepassados é inquestionável, mas questões contemporâneas à emissão das moedas não devem ser ignoradas.

Passado e presente nas imagens em moedas

Em uma importante obra sobre as cunhagens romanas republicanas, escrita ainda no século passado, Hubert Zehnacker (1973, p. 482), ao analisar as efígies das moedas da República, afirmava que a escolha destas reunia um conjunto de razões convergentes que, longe de se invalidarem, se apoiavam umas nas outras. “Na aparência, é o passado, mas esse significado é apenas superficial, na realidade, é o presente que está em questão,

com suas esperanças, intrigas e lutas”. O problema do abastecimento de grãos para a cidade de Roma tornou-se mais sério na segunda metade do século II, em função do aumento no número de habitantes da cidade, de uma série de eventos contingenciais que causaram a queda da produção em algumas regiões, da especulação dos mercadores e da presença de um centro de consumo que, em certo grau, competia com Roma – o exército. Uma epigrafia da Tessália, provavelmente do ano de 129, que indica que o questor L. Cecílio Metelo se dirigiu à Liga Tessálica para organizar um carregamento de grãos para Roma, que sofria de escassez, e a *lex frumentaria* de Caio Graco, em 123, mostram que o abastecimento da cidade era uma preocupação presente (CRISTOFORI, 2002, p. 142-143). A tendência romana de glorificação dos antepassados é inquestionável, mas uma preocupação com a distribuição de grãos mais ou menos contemporânea à emissão das moedas não é um dado desprezível. Não é surpresa que os Minúcios desejassem restaurar seu lugar de destaque na política romana referindo-se a um tempo em que seus ancestrais tinham, com sucesso, interferido em uma crise similar e ajudado o povo, assegurando o suprimento de grãos, pelo menos de acordo com sua versão da história (EVANS, 2011, p. 2). Assim, nos Minúcios Augurinos, além do passado reconstruído, há também as demandas do presente influenciando nessa reconstrução e a questão evocada pela iconografia das peças é a da crescente necessidade de fornecimento de alimentos para a população (TORELLI, 1993, p. 306).

Oriundos de uma família tão piedosa, que tantos serviços haviam prestado à cidade, com homens públicos e áugures entre seus ascendentes, os monetários podiam, em função desse *background* familiar, pleitear serem reconhecidos como portadores de semelhantes atributos. Está subentendida, nessa perspectiva, uma promessa de dias prósperos caso obtivessem sucesso em suas carreiras políticas e o povo os permitisse ascender a novas magistraturas. Sob esse aspecto, as iconografias dos denários de Tibério e Caio Minúcio Augurino são altamente representativas. Combinam a tradição dos feitos passados relacionados à *gens* com as preocupações presentes, em um discurso veiculado por uma simbologia de forte conotação religiosa. Elas unem, ainda, passado e presente, projetando o futuro de uma *gens*, associada ao exercício do poder e à prática da religiosidade, atributos comuns a várias gerações de uma família.

O fato de refletirem as preocupações do momento das cunhagens não as torna, contudo, meros retratos da realidade. Moedas intervêm em seu contexto de produção e contribuem para projetar, modificar e criar realidades. Esses aspectos dinâmicos e transformadores não devem ser esquecidos ou ignorados ao se utilizar cunhagens como fontes históricas.

Considerações finais

Principalmente pela riqueza de suas imagens, tanto do ponto de visual quanto interpretativo, os denários de Caio e Tibério Minúcio Augurino estão entre as moedas republicanas romanas do século II mais conhecidas e analisadas. A cada novo estudo, novas hipóteses de leitura de suas iconografias e alternativas singulares para as escolhas dos monetários são apresentadas e um consenso entre os estudiosos está longe de ser atingido. O objetivo deste artigo foi o de colocar em destaque aspectos da vida pública romana do século II que perpassam a iconografia das peças. A impossibilidade de separar o que definimos como “política” do que definimos como “religião” nos espaços de poder, a importância das referências ancestrais como critério de validação da posição de um indivíduo na sociedade e a influência das demandas econômicas e sociais da população na escolha das imagens são alguns dos elementos mais significativos.

A análise das moedas como fontes históricas ajuda a revelar uma República romana complexa e em contínua transformação no decorrer do século II. Em sua obra, Flower (2010, p. 63) lamentou a ausência de fontes que revelem a diversidade da vida política romana no período. As fontes numismáticas surgem como possibilidades de se avançar no estudo sobre o tema. Mesmo com essa documentação, sem dúvida, muitos detalhes permanecerão desconhecidos para nós. Mas, com certeza, as moedas republicanas, com suas iconografias ricas e variadas, são capazes de nos ajudar a ampliar o olhar sobre aspectos até agora não observados sobre a sociedade e a cultura da República romana.

Referências

Documentação textual

- CÍCERO. *Tratado das leis*. Introdução, tradução e notas de Marino Kury. Caxias do Sul: Educus, 2004.
- CÍCERO. *De domo sua*. Editon by Albert Clark. [S.l.]: Oxonii e Typographeo Clarendoniano, 1909.
- DIONYSIUS OF HALICARNASSUS. *Roman Antiquities*. Translated by Earnest Cary. Harvard: Harvard University Press, 1937-1950.
- PLUTARCH. *Plutarch's Lives*. Translated by Bernadotte Perrin. Cambridge: Harvard University Press, 1921.
- PLINY THE ELDER. *The Natural History*. London: Taylor and Francis, 1855
- TITO LÍVIO. *História de Roma*. São Paulo: Paumape, 1989.

Documentação numismática

- CRAWFORD, M. H. *Roman republican coinage*. Cambridge: Cambridge University Press, 1974.
- FLORENZANO, M. B. B.; RIBEIRO, A. M. G. R.; LO MONACO, V. *A coleção de moedas romanas da Universidade de São Paulo*: Museu Paulista e Museu de Arqueologia e Etnologia. São Paulo: MAE-USP, 2015.
- MAGALHÃES, M. M. *Sylloge nummorum romanorum Brasil I: moedas romanas republicanas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2016.
- SEAR, D. R. *Roman coins and their values: the Republic and the Twelve Caesars*. London: Spink and Son Ltd, 2000.

Obras de apoio

- AYRES, G. O. B. O desastre de Numância e a iconografia numismática: relendo dois denários cunhados em 137 AEC. *Romanitas*, n. 11, p. 202-216, 2018.
- BEARD, M.; NORTH, J.A.; PRICE, S.R.F. *Religions of Rome*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.
- CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1991.
- CLARK, A. J. *Divine qualities*. New York: Oxford University Press Inc, 2007.
- CRISTOFORI, Alessandro. Grain distribution in late Republican Rome. In: JENSEN, H. *The Welfare State: past, present and future*. Pisa: Edizioni Plus, 2002, p. 141-153.
- EVANS, J. The restoration of memory: Minucius and his monument. In: HOLMES, N. (Ed.). *Proceedings of the XIV International Numismatic Congress, Glasgow, 2009*. Glasgow: University of Glasgow/The Hunterian, 2011.
- FLOWER, H. *Roman Republics*. Princeton: Princeton University Press, 2010.
- JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Lisboa. Edições 70, 1994.
- HÖLKESKAMP, K-J. Under Roman roofs: family, house and household. In: FLOWER, Harriet I. (Ed.). *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 113-138.
- MEADOWS, A.; WILLIAMS, J. Moneta and the monuments: coinage and politics in Republican Rome. *The Journal of Roman Studies*, v. 91, p. 27-49, 2001.
- MORSTEIN-MARX, R. *Mass oratory and political power in the late Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- RICHARDSON, J. L. *A new topographical dictionary of Ancient Rome*. Baltimore; London: The Johns Hopkins University Press, 1992.

- SMITH, C. J. *The Roman Clan: the gens from Ancient ideology to modern Anthropology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- SUSPÈNE, A. Sur la loi monétaire de c. 212 (?). *Cahiers Glotz*, n. 13, p. 33-43, 2002.
- TORELLI, M. *Columna Minucia*. In: STEINBY, E. M. (Dir.). *Lexicon topographicum urbis romae*. Roma: Edizioni Quazar, 1995, p. 305-307
- WELCH, K. E. Art and architecture in Republican Rome. In: ROSENSTEIN, N.; MORSTEIN-MARX, R. (Ed.). *A Companion to the Roman Republic*. London: Blackwell Publishing, 2006, p. 496-542.
- WILLIAMS, J. Religion and roman coins. In: RÜPKE, J. *A Companion to Roman religion*. London: The Blackwell Publishers, 2007, p. 143-163
- WISEMAN, T.P. *Roman drama and roman history*. Exeter: University of Exeter Press, 1998.
- WISEMAN, T. P. The Minucii and their monument. In: LINDERSKY, J. (Ed.). *Imperium sine fine*. T. Robert S. Broughton and the Roman Republic. Stuttgart: Steiner, 1996, p. 57-74.
- WISEMAN, T. P. *New men in the roman Senate: 139 B.C. 14 A.D.* Oxford: Oxford University Press, 1971.
- YARROW, L. M. The iconographic choices of the Minucii Augurini: re-reading RRc 242 and 243. *Journal of Ancient History and Archeology*, n. 4.1, 2017.
- ZEHNACKER, H. *Moneta: Recherches sur l'organisation et l'art des émissions monétaires de la République Romaine*. Rome: École Française de Rome Palais Farnèse, 1973.